

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3667/2022-PGJ, DE 21.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 8º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 9ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 1º a 5.8.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Luciano Anechini Lara Leite.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3668/2022-PGJ, DE 21.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Guilherme Pereira Diniz Penna para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 6ª Promotoria de Justiça de Corumbá no dia 5.8.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3669/2022-PGJ, DE 21.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Mundo Novo, Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Mundo Novo no período de 8 a 10.8.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3670/2022-PGJ, DE 21.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Rio Brilhante, Alexandre Rosa Luz, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca no dia 26.8.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3671/2022-PGJ, DE 21.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fernando Jorge Manvailer Esgaib, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 7ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal (1) da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 3.8.2022.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3278/2022-PGJ, DE 4.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Marcos Roberto Dietz, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 21.7 a 9.8.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00006124-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3701/2022-PGJ, DE 21.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Amambai, Nara Mendes dos Santos Fernandes, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no dia 21.7.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3702/2022-PGJ, DE 21.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Amambai, Michel Maesano Mancuelho, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Coronel Sapucaia no dia 21.7.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3703/2022-PGJ, DE 21.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 53º Promotor de Justiça da comarca de Campo Grande, Henrique Franco Cândia, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 8ª Vara do Juizado Especial – Justiça Itinerante – da referida Comarca (unidade 2), pelo período de 1 (um) ano, a partir de 22.7.2022; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 3214/2021-PGJ, de 25.8.2021, que designou o Promotor de Justiça Ricardo Benito Crepaldi.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3706/2022-PGJ, DE 21.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 4º Promotor de Justiça de Campo Grande, Renzo Siufi, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 35ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 17 e 18.8.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Christiane de Alencar.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3707/2022-PGJ, DE 21.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fernando Jorge Manvailer Esgaib, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 9ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 8 a 10.8.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3160/2022-PGJ, DE 28.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue (PGA nº 09.2022.00005684-4):

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Rodrigo Correa Amaro	2020/2021	Remanescentes	10	8.8 a 6.9.2022
	2021/2022	Regulamentares	20	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3708/2022-PGJ, DE 21.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 43º Promotor de Justiça de Campo Grande, Luiz Eduardo Lemos de Almeida, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 55ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 29 a 31.8.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3709/2022-PGJ, DE 21.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 54º Promotor de Justiça de Campo Grande, Oscar de Almeida Bessa Filho, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 16ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 29.8 a 2.9.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3710/2022-PGJ, DE 21.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 58ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Paula da Silva Volpe, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 73ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 23.8 a 1º.9.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Julio Bilemjian Ribeiro.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3711/2022-PGJ, DE 21.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 46º Promotor de Justiça de Campo Grande, Paulo Henrique Camargo Iunes, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 33ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 22 a 25.8.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Nicolau Bacarji Junior.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3712/2022-PGJ, DE 21.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 10ª Promotora de Justiça de Dourados, Rosalina Cruz Cavagnolli, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 11ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 1º a 20.8.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3149/2022-PGJ, DE 28.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça William Marra Silva Junior, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 8 a 27.8.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00005933-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3713/2022-PGJ, DE 21.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 6º Promotor de Justiça de Dourados, Fernando Jamusse, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 3 a 12.8.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Eduardo FonticIELha De Rose.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3717/2022-PGJ, DE 21.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Água Clara, Felipe Almeida Marques, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Ribas do Rio Pardo no período de 8 a 12.8.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça George Zarour Cezar.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3718/2022-PGJ, DE 21.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 32ª Zona Eleitoral no período 8 a 12.8.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça George Zarour Cezar.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3719/2022-PGJ, DE 21.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Deodápolis, Anthony Allison Brandão Santos, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Glória de Dourados no período de 1º a 5.8.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3720/2022-PGJ, DE 21.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Fátima do Sul, Rodrigo Cintra Franco, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca no período de 1º a 5.8.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3282/2022-PGJ, DE 4.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue (PGA nº 09.2022.00005579-0):

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Andréia Cristina Peres da Silva	2019/2020	Regulamentares	10	1º a 30.8.2022
	2015/2016	Remanescentes	4	
	2016/2017		2	
	2017/2018		9	
	2018/2019		5	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3721/2022-PGJ, DE 21.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Nova Andradina, Fabricio Secafen Mingati, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã no dia 1º.8.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Substituto Murilo Hamati Gonçalves.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3722/2022-PGJ, DE 21.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, participar da Oficina de Inteligência em Fontes Abertas, OSINT, no período de 9 a 12. 8.2022, em Brasília/DF.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3724/2022-PGJ, DE 21.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Antenor Ferreira de Rezende Neto para, sem prejuízo de suas funções, participar do Estágio Especial de Inteligência, EEI, no período de 19 a 30.9.2022, em Brasília/DF.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3723/2022-PGJ, DE 21.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a averbação de tempo de contribuição requerida pelo Promotor de Justiça Lindomar Tiago Rodrigues, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos dos artigos 79 e 82 da Lei Estadual nº 3.150, de 22.12.2005, conforme o quadro a seguir (PGA nº 09.2022.00001247-8):

CONTRIBUIÇÃO	TEMPO	PERÍODO	CARGO/FUNÇÃO	EMPREGADOR
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	1 ano, 7 meses e 23 dias (598 dias)	8.8.2006 a 31.3.2008	Professor de 3º Grau Substituto	Universidade Federal de Uberlândia

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3726/2022-PGJ, DE 22.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a averbação de tempo de contribuição requerida pela Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos dos artigos 79 e 82 da Lei Estadual nº 3.150, de 22.12.2005, conforme o quadro a seguir (PGA nº 09.2022.00006559-8):

CONTRIBUIÇÃO	TEMPO	PERÍODO	CARGO/FUNÇÃO	EMPREGADOR
Agência de Previdência de Mato Grosso do Sul – AGEPREV-MS (RPPS)	3 anos, 6 meses e 2 dias (1.277 dias)	4.11.2003 a 3.5.2007	Advogado	Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul (PGE-MS)

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3729/2022-PGJ, DE 21.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 3289/2022-PGJ, de 4.7.2022, que designou a Promotora de Justiça Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira para atuar na audiência dos autos nº 0900008-35.2022.8.12.0045, em trâmite na 2ª Vara Cível da comarca de Sidrolândia, no dia 11.7.2022.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3714/2022-PGJ, DE 21.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5435/2021-PGJ, de 15.12.2021, com a redação dada pela Portaria nº 795/2022-PGJ, de 21.2.2022, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao ano de 2022, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
25.7 (19h01min) a 1º.8.2022 (11h59min)	Luz Marina Borges Maciel Pinheiro
1º (19h01min) a 8.8.2022 (11h59min)	Suzi Lucia Silvestre da Cruz D'Angelo

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
12 (19h01min) a 19.9.2022 (11h59min)	Wilson Canci Junior
19 (19h01min) a 26.9.2022 (11h59min)	Clarissa Carlotto Torres

- passe a constar:



PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
25.7 (19h01min) a 1º.8.2022 (11h59min)	Suzi Lucia Silvestre da Cruz D'Angelo
1º (19h01min) a 8.8.2022 (11h59min)	Luz Marina Borges Maciel Pinheiro

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
12 (19h01min) a 19.9.2022 (11h59min)	Clarissa Carlotto Torres
19 (19h01min) a 26.9.2022 (11h59min)	Wilson Canci Junior

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3716/2022-PGJ, DE 22.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3175/2022-PGJ, de 28.6.2022, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de julho de 2022, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
2 e 3.7.2022	PJ de Sete Quedas	Mayara Santos de Sousa	99119-0653
9 e 10.7.2022	PJ de Eldorado	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	99312-6538

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
30 e 31.7.2022	1ª PJ de Miranda	Talita Zoccolaro Papa Muritiba	99244-7079

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
2 e 3.7.2022	PJ de Eldorado	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	99312-6538
9 e 10.7.2022	PJ de Sete Quedas	Mayara Santos de Sousa	99119-0653

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
30 e 31.7.2022	PJ de Terenos	Eduardo de Araujo Portes Guedes	99933-2073

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 3579/2022-PGJ, DE 19.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Anderson Pinheiro Mariano, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Protocolo-Geral e Arquivo no período de 18 a 29.7.2022, em razão de férias e licença compensatória referente a feriado forense da titular, Magaly Carvalho Brunet.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3580/2022-PGJ, DE 19.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Jean Carlos Ramos da Silva, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Controle de Informações e Resultados, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Contratos no período de 20.7 a 8.8.2022, em razão de férias da titular, Djene de Souza.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3581/2022-PGJ, DE 19.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Gissela Mie Kobayashi Trachta, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Nova Andradina, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Supervisão das Promotorias de Justiça da referida Comarca no período de 11 a 22.7.2022, em razão de férias e compensação de plantão do servidor Carlos Alberto Reis Nogueira Júnior, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3582/2022-PGJ, DE 19.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Fernanda Fabrini Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Paranaíba, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Supervisão das Promotorias de Justiça da referida Comarca, a partir de 7.5.2022, pelo período de 1 (um) ano.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3583/2022-PGJ, DE 19.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Alecy Dias da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na Promotoria de Justiça de Bela Vista, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Nioaque, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 11 a 13.7.2022, em razão de licença para tratamento de saúde da servidora Ruth Dayana da Rosa Vera, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3584/2022-PGJ, DE 19.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Luís Henrique Zaidan Blecha, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Corpo Técnico do Meio Ambiente no período de 18 a 27.7.2022, em razão de férias do titular, Farley Leles Froes Medeiros.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3593/2022-PGJ, DE 19.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Christiane Naomi Hiratsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, no período de 27.6 a 8.7.2022, em razão de licença compensatória referente a feriado forense e férias da servidora Elaine do Nascimento Malheiros Freitas.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3594/2022-PGJ, DE 19.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Christiane Naomi Hiratsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, no período de 20.7 a 2.8.2022, em razão de férias e licença compensatória referente a feriado forense da servidora Lygia Mara Rosa da Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3595/2022-PGJ, DE 19.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Lygia Mara Rosa da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Apoio da Secretaria-Geral no período de 11 a 19.7.2022, em razão de férias da titular, Jokasta dos Santos Lopes.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3634/2022-PGJ, DE 20.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Marina Nery Alves, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Execução Orçamentária no período de 5 a 15.7.2022, em razão licença compensatória referente a banco de horas e férias da titular, Soraya Shigueko Nakasato.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3635/2022-PGJ, DE 20.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ana Gabriela Kiyomura Merlin, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Contabilidade no período de 11 a 15.7.2022, em razão de licença compensatória referente a feriado forense do titular, Marco Aurelio de Sá Baptista.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3636/2022-PGJ, DE 20.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Andreia Daiane Vargas, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Pagamento, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Execução Financeira no período de 11 a 22.7.2022, em razão de férias e licenças compensatórias referentes a doação de sangue e feriado forense da titular, Márcia Corrêa Duarte Hoffmeister.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3637/2022-PGJ, DE 20.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Marco Aurelio de Sá Baptista, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Contabilidade, símbolo MPDS-104, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Finanças no período de 18 a 27.7.2022, em razão de férias da titular, Elisa Mari Kihara Zaha.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3639/2022-PGJ, DE 20.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Catia Cristiane Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Programação Financeira no período de 20 a 22.7.2022, em razão de licença compensatória referente a feriado forense da titular, Gladys Esmelda Barrios Amarilha.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**PAUTA DA 14ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 1º DE AGOSTO DE 2022.****1. Expedientes:****1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001704-6.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006090-4.

3. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004465-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001422-7.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Deodópolis:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003815-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002003-3.

5. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004051-4.

**6. 46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000736-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003359-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000529-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003638-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005183-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005773-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003234-1.

7. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001163-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002012-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001622-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003212-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000382-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000607-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001086-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001757-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001909-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002454-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002913-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003293-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003294-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003296-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003378-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003652-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003821-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00005346-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006583-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001384-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003467-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001467-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001979-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002060-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002063-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002785-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002915-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003467-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001138-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006551-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002409-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001950-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000391-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003486-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003623-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000615-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000955-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003019-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000424-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000025-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000804-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002834-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002931-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00004416-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002510-3.

**8. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002629-7.

9. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001193-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002772-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000677-9.

10. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003114-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000629-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003515-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000941-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001083-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001921-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003387-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001481-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.20218.0000058-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001560-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001806-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002742-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004131-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004417-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002378-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003288-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000182-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001775-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000576-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002368-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000038-5.

11. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001268-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00005531-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000564-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000532-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00005604-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000985-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001968-2.

12. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002080-1.

13. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002853-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003385-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001895-7.

1.2. Comunicação de Termos de Ajustamento de Conduta firmados em Inquéritos Cíveis e Procedimentos, celebrados na fase judicial, submetidos à homologação do respectivo juízo, para fins de registro, conforme § 9º do art. 6º da Resolução nº 006/2019-CPJ, de 5.4.2019:**1. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Ofício nº 0468/2022/16PJ/DOS, de 6.7.2022, o Promotor de Justiça da comarca de Dourados encaminha cópia de Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2019.00001092-8, bem como da sentença homologatória, para fins de registro. (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00073891-4*)

**2. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Ofício nº 0505/2022/16PJ/DOS, de 14.7.2022, o Promotor de Justiça da comarca de Dourados encaminha cópia do termo de ajustamento de conduta firmado nos Autos do IC nº 06.2019.00001317-9, bem como da sentença homologatória, para fins de registro. (02.2022.00077190-2)

1.3. Análise das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:**1.3.1. CONSELHEIRA ESTHER SOUSA DE OLIVEIRA:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00005650-0:****16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00001388-3.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2017.00001910-0.

5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000666-4.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002149-8.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002574-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorada do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2018.00003138-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000895-1.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000384-9.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000512-5.

7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000557-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000418-1.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000552-5.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000568-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000696-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000895-5.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000897-7.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000980-0.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001095-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000970-0.

**Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00001218-1.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001243-7.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000300-9.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000189-9.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000257-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000238-7.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000249-8.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000250-0.

30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000152-6.

1.3.2. CONSELHEIRO GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00006847-3:****2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00001891-2.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002116-1.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000418-8.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000516-2.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000801-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001131-2.

26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.000000656-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001184-9.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000420-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000170-4.

1.3.3. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00006843-0****8ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2016.00000448-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2017.00000728-1.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2017.00002234-9.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00000646-8.

32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000654-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:

Inquérito Civil nº 06.2020.000000577-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000309-7.

5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000417-4.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000418-5.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000475-2.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000549-5.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000266-9.

1.3.4. Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00006842-9****Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00000725-9.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000342-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2017.00002117-2.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001294-4.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000520-7.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000444-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000458-1.

5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000665-7.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000671-3.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000744-5.

29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001363-6.

**50ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00001350-3.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000455-2.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000473-0.

1.3.5. CONSELHEIRO SILASNEITON GONCALVES:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.000006846-2****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00001688-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2018.000011104-5.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002617-1.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003311-7.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000375-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000470-4.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000473-7.

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000624-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Itaquiraí:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000558-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000138-8.

42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000396-4.

29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000165-9.

2. Ordem do dia:**2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000892-2**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Ribeiro Lima

Assunto: Apurar eventual risco à saúde dos moradores do Bairro Santa Terezinha, no município de Vicentina/MS, em razão da exposição a suposto uso inadequado de agrotóxicos no imóvel de propriedade de João Ribeiro Lima.

**2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000432-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Francisco Rocha de Araújo e Maria Lucia da Silva Araújo

Assunto: Apurar desmatamento de 1,32 hectares em área remanescente de vegetação nativa, na Fazenda MR, em Camapuã/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 31/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental), ocorrido entre 06/08/2020 e 24/11/2020.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000700-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: Câmara Municipal de Ponta Porã.

Assunto: Apuração de eventual ilegalidade da contratação direta da sociedade de advogados “Khol Advogados Associados” pela Câmara Municipal de Ponta Porã por meio de inexigibilidade de licitação (Processo nº 020/2021; Licitação nº 02/2021; Contrato Administrativo nº 0013/2021).

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000938-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Cheyenne Agropecuária LTDA e Temon Técnica de Montagens e Construções LTDA.

Assunto: Apurar desmatamento de 74,68 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Chayenne Temon, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Vistoria n.º 020/4ª/CIAPMA/2021.

Advogado: Antônio Carlos Mendes Matheus – OAB 83863/SP e Daniela Pereira Godoi – OAB 324386/SP.

2.1.2. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00003264-1**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Recorrente: Rosilene Aparecida Reginato Guerreiro

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação da assistente social pelo Município de Novo Horizonte do Sul/MS, sem a observância da ordem de classificação de processo seletivo.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000860-0

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Murilo Zauith, Gerson Schaustz e José Jorge Filho

Assunto: Apurar a prática de eventual ato de improbidade administrativa consistente na contratação de prestador de serviço para a reforma do ginásio existente na praça do bairro Izidro Pedroso sem o prévio e devido procedimento licitatório, bem como a ausência de pagamento pelos serviços prestados.

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000123-0 – SIGILOSO

17ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Dourados

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000275-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valderi Balzan

Assunto: Analisar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade Fazenda Boa Vista I Matrículas 785, 784, 1318, 1366 e 6091, pertencente ao Sr. Valderi Balzan, localizada ao longo do Rio Aquidauana, no Município de São Gabriel do Oeste/MS, que foi objeto de diagnóstico ambiental.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00001114-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Waldemar Bambil da Luz



Assunto: Apurar desmatamento de 3.259m² ou 0,325 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Novo Recreio II, em Amambai, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 226/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2020)

6. Inquérito Civil nº 06.2020.00001217-0

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Selvíria

Assunto: Apurar eventual ilegalidade e direcionamento na dispensa de licitação na locação de imóvel para o funcionamento do Conselho Tutela de Selvíria pertencente a Genésio Pereira, pai do servidor comissionado da Prefeitura daquela cidade, Arthur Eduardo da Silva Pereira.

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000986-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Auto Posto Guanabara de Três Lagoas LTDA-ME e outros

Assunto: Apurar eventual irregularidade nos postos de combustível de Três Lagoas-MS: revenda de combustíveis fora dos padrões de qualidade.

2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001606-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Visando aquilatar eventual injuridicidade no Projeto de Lei n.º 013/2016, que objetivava modificar o Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores da Prefeitura Municipal, para instituir o pagamento de gratificação de produtividade e prestação de serviços extraordinários.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.000001594-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: DAEX-Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução.-PGJ, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: José Roberto Antunes Strang

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Boa Sorte de propriedade de José Roberto Antunes Strang, às margens do Rio Apa.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001733-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a prática de atos de improbidade administrativa consistentes em direcionamentos de fraudes em procedimentos licitatórios da Prefeitura Municipal de Nioaque, no decorrer dos anos de 2011 e 2012”, envolvendo a empresa WM Comércio e Construtora LTDA. e a gestão de Ilca Corral Mendes Domingos.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002231-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades praticadas por gestores municipais na aplicação de recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, à luz dos apontamentos feitos pela Controladoria-Geral da União, no Relatório de Operações Especiais n.º 00211.000882/2014-31.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002499-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual



Requeridas: Flávia Elis Manvailer Martins e Márcia Maria Gonçalves Mora

Assunto: Averiguar eventual acumulação indevida de cargos públicos por Flávia Elis Manvailer Martins e Márcia Maria Gonçalves Mora.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001885-3

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Lúcia Rosane Amaral Ribeiro e Jarbas Sotero Prebitz

Assunto: Averiguar a ocorrência de degradação na área de preservação permanente inserida no imóvel localizado na Rua São José Carneiro Camargo, 82, Bairro Jardim Auxiliadora, pertencente a Jarbas Sotero Prebitz.

7. Inquérito Civil nº 06.2020.00001235-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Heloaldo Bambil da Luz

Assunto: Perquirir os consectários ambientais decorrentes da supressão, sem licença, de 0.17 ha de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, na “Fazenda Socego”, pertencente a Heloaldo Bambil da Luz.

8. Inquérito Civil nº 06.2021.00000239-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Núcleo de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto do Ministério Público Estadual

Requeridos: Jefferson Jorge Salomão e outros

Assunto: Visando perquirir os consectários ambientais decorrentes da supressão, sem licença, de 33.46 ha de vegetação nativa em áreas consolidadas da “Fazenda São Felipe”, pertencente a Jefferson Jorge Salomão e outros.

9. Inquérito Civil nº 06.2021.00000354-2 – SIGILOSO

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

10. Inquérito Civil nº 06.2021.00000729-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual – 2ª Promotoria de Justiça

Requerido: Paulete Teles

Assunto: Apurar o armazenamento irregular de agrotóxico na Fazenda Pitangueiras, conforme autuação informada pela Polícia Militar Ambiental por meio do ofício n. 031/4/CIA/BPMA/CPE/PMMS/2021.

11. Inquérito Civil nº 06.2021.00001085-4 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA ESTHER SOUSA DE OLIVEIRA:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000300-4

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento São Bernardo II.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias. OAB 011558/MS

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000100-0

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Residencial do Vale Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda e Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância aos requisitos urbanísticos e à legislação ambiental pelo empreendimento Residencial do Vale, bem como acompanhar as providências administrativas, decorrente do poder de polícia, adotadas pelo Município de Ponta Porã.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias. OAB 011558/MS

**3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001895-6**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mauro Correa Lima – Fazenda Serro Porã

Assunto: Apurar a regularidade ambiental da Fazenda Serro Porã, localizada no município de Bodoquena-MS, bem como a ocorrência de desmatamento irregular na área.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001004-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nilton Rocha Filho

Assunto: Apurar eventual dano ao meio ambiente decorrente de desmatamentos irregulares na propriedade denominada Fazenda Annalu, de propriedade de Nilton Rocha Filho, localizada em Deodápolis/MS, conforme Parecer nº 158/16/NUGEO – Projeto Rio Dourados.

Advogado: Gervásio Alves de Oliveira Neto. OAB 021685/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000543-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ivair Luiz Comparim

Assunto: Apurar possíveis irregularidades ambientais na Fazenda Três Irmãos, no Município de Terenos/MS, descritas nos Autos de Infração n. 1951, 1952, 1954 e 1955.

6. Inquérito Civil nº 06.2020.00000266-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Laudimar Casagrande

Assunto: Analisar a regularidade jurídico-ambiental das propriedades localizadas ao longo do Rio Aquidauana, no Município de São Gabriel do Oeste/MS, que foram objeto de diagnóstico ambiental, conforme Ofício nº 360/2016/CAOMA.

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00001237-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade nos procedimentos licitatórios, modalidade pregão, para contratação de empresas para prestação de assessoria jurídica, assessoria contábil e serviços de implantação e locação de sistema de contabilidade pública, realizados pelo Poder Legislativo do Município de Paranhos.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000337-9

10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da Comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Auto Posto Catucho Ltda.

Assunto: Apurar a responsabilidade da pessoa jurídica Auto Posto Catucho LTDA. pela venda de combustível fora das especificações estabelecidas em legislação vigente, em prejuízo aos consumidores.

Advogada: Caroline Yamazato Sumida – OAB 012379/MS.

2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO AROLDO JOSÉ DE LIMA:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000893-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria Novais David

Assunto: Apurar risco à saúde dos moradores do bairro Santa Terezinha, no município de Vicentina/MS, em razão da exposição a suposto uso inadequado de agrotóxicos no imóvel registrado sob matrícula n. 15.733, de Maria Novais David.

**2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000214-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Walmir Toniolli

Assunto: Apurar o desmatamento de uma área de aproximadamente 12,26 hectares de vegetação nativa na propriedade rural denominada Fazenda Santo Antônio, localizada no município de Jardim/MS, de propriedade de Walmir Toniolli.

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001297-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerentes: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e outros

Requerido: José Eduardo da Silva

Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental de desmatamento de 1,31 hectares em uma área de vegetação Nativa do Bioma Mata Atlântica na Fazenda Mundo Novo em Amambai/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000738-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Soeli Teixeira Roncatti e Roberval Roncatti

Assunto: Apurar desmatamento de 6,44 hectares em área de Vegetação Ciliar Aluvial (arbórea, arbustiva, herbacia), na Estância Rancho Alegre, em Ponta Porã, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 52/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000334-6

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Mundo Novo-MS

Assunto: Apurar eventual irregularidade contida no Edital 001/2022 referente ao Processo Seletivo - SEMED/2022, visando a contratação de professores temporários.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001366-5 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Coxim

2.1.6. RELATOR-CONSELHEIRO GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:**1. Inquérito Civil nº 06.2020.00001213-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Vivaldo Oliveira dos Santos e Cidenivom Alvino Pereira

Assunto: Apurar desmatamento de 0,22 hectares em área de Mata Atlântica, na Chácara Voni, em Amambai/MS, sem autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 310/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00001194-2 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000210-3

10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Castro e Marques Entretenimento Ltda, Filipe Souza de Castro

Assunto: Apurar a violação da Lei n.º 12.933/2013, em razão da não disponibilização do benefício da meia-entrada para o público-alvo, no evento intitulado *We Feel by Feeling*, que ocorreu na cidade de Dourados-MS, no dia 05/02/2022.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001554-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar possível violação de direito da criança e adolescente, noticiada mediante denúncia anônima, registrada



na Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região - Campo Grande, noticiando, em tese, número insuficiente de Coordenadores nas Escolas Estaduais, com o intuito de reduzir gastos.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000516-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: 2º Pelotão de Polícia Militar Ambiental Jardim

Requerido: Willian Fraga Fontoura

Assunto: Apurar o desmatamento de 40,13 hectares, ocorrido na Fazenda Paraíso, localizada na zona rural em Guia Lopes da Laguna/MS, em tese, praticados por Willian Fraga Fontoura.

2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000644-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Cristian dos Reis, Freud Jacques Teixeira, Genilson Peres

Sanches e Jony Adriano Mazochin

Assunto: Apurar eventual supressão vegetal e intervenção em áreas de preservação permanente do Rio Formoso para a construção de passarelas e decks de madeiras nas propriedades dos Requeridos.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001973-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: José Felisberto dos Reis Filho

Assunto: Apurar eventual desmatamento de 37,81 ha, ocorrido na propriedade rural denominada “Fazenda Nossa Senhora de Fátima”, de propriedade de José Felisberto dos Reis Filho, no município de Camapuã/MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002951-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Moacyr Basso Júnior

Assunto: Apurar eventual dano ambiental, consistente no desmatamento de 59,63 ha, na Fazenda Escorpianos III, de propriedade de Moacyr Basso Júnior, no município de Camapuã.

2.1.8. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000496-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bela Vista/MS

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de empresa para execução de limpeza sob o processo nº 50/2015, contrato nº 081/2015, por parte do Município de Bela Vista/MS. (Originalmente apurados nos autos do IC 52/2015).

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001137-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alair Ribeiro Fernandes

Assunto: Apurar desmatamento de 14,17 hectares na Fazenda São Pascoal, de propriedade de Alair Ribeiro Fernandes, detectado pelo Parecer n. 815/17/Nugeo e pelo Auto de Infração n. 9142985-E-IBAMA, referentes à Operação Cervo-do Pantanal.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000250-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sérgio Luís Pereira

Assunto: Apurar eventual desmatamento de 46,70 hectares de vegetação nativa, ocorrido entre 03/11/2019 e 21/02/2020, sem autorização da autoridade ambiental competente, fato ocorrido na Fazenda do Vovô, neste município.

**4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000443-0**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a omissão do Município de Campo Grande na adoção e execução de medidas eficientes visando à adequação, preservação e conservação da Alameda Iris Ebner.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001203-0

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Athor Bicletas Eireli

Assunto: Garantir aos consumidores em geral, que adquirem ou que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor Athor Bicletas Eireli, a instalação e disponibilização de itens obrigatórios e indispensáveis à segurança, quais sejam campainha, retrovisor esquerdo e sinalização retrorrefletora.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00002826-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventual aquisição de materiais laboratoriais sem a realização de licitação e irregularidades dos pregões n. 66/2014 e 67/2014, referentes ao IC n. 025/2014.

7. Inquérito Civil nº 06.2020.00000270-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Álvaro Onishi Pinha

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Nossa Senhora Aparecida (Parte), em São Gabriel do Oeste/MS, que foi objeto de diagnóstico ambiental.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00000626-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Jorge Fernandes Lemes, Lauro de Albuquerque Corrêa e José Antônio Ferreira de Souza

Assunto: Apurar a prática de atos de improbidade administrativa por parte do Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural de Nioaque, Jorge Fernandes Lemes, em concurso com o proprietário e o gerente da Fazenda Jatobá II, mediante fornecimento ilegal de tratores e servidores municipais para prestação de serviços particulares à aludida propriedade rural.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000618-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente da comercialização de loteamento clandestino às margens do Rio Sucuriú no Rancho Cosme Damião

2.1.9. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00003534-9**

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Corumbá

Recorrente: Luciana Bukalil de Matos de Campos Mello

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Conhecer da representação formulada por Luciana Bukalil de Matos de Campos Mello, solicitando a atuação do Parquet para compelir os órgãos competentes a adotarem medidas eficientes para coibir os problemas decorrentes da falta de escoamento de águas pluviais na Avenida Porto Carreiro, após a realização de obras de pavimentação.

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000899-5**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades na utilização do Fundo Municipal de Saúde do Município de Bela Vista/MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000289-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Bonito

Assunto: Apurar eventual contratação indevida da pessoa jurídica Exata Contabilidade para prestar serviços para a Câmara Municipal de Bonito.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000055-6

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Cassilândia/MS

Assunto: Apurar a eventual contaminação de água do reservatório da Vila Izanópolis em Cassilândia/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000349-0

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cristiano Vieira Filho

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental em área de 112 m² referente a construção em Área de Preservação Permanente, a qual foi roçada/capinada, no rancho de pesca, em Três Lagoas/MS, sem autorização da autoridade ambiental, conforme o Auto de Infração nº GG7TVX1U/IBAMA.

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/PGJ/2022****PROCESSO Nº 09.2022.00001463-2****UASG - 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que, com referência ao **Pregão Eletrônico nº 18/PGJ/2022 (Processo nº 09.2022.00001463-2)**, destinado à contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva das subestações de transformação e grupos motogeradores de emergência instalados em prédios do Ministério Público Estadual situados nesta Capital, a sessão foi **suspensa** para reanálise das condições do objeto.

Campo Grande, 22 de julho de 2022.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

**COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL****EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 40/2022**

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2022.00006693-1

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatário: Associação Cultural e Desportiva União Social de Campo Grande/MS, representado por sua Presidente, Elizabeth da Silva Vargas

Amparo legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 18 de julho de 2022.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Monitor	57
TOTAL DE ITENS		57

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000394 DE 11.07.2022 DO PROCESSO 09.2022.00007073-5**

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: A2GB Comércio e Serviços Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 05/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (inverter e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000394 de 11.07.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000395 DE 11.07.2022 DO PROCESSO 09.2022.00007073-5

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: A2GB Comércio e Serviços Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 05/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (inverter e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000395 de 11.07.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000396 DE 11.07.2022 DO PROCESSO 09.2022.00007073-5**

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: A2GB Comércio e Serviços Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços n.º 05/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico n.º 36/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais), nos termos da Nota de Empenho n.º 2022NE000396 de 11.07.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 066/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00003773-6

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- K R P CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA, representada por **Diogo Borges Oliveira**.

Procedimento Licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 069/2021 - Pregão Eletrônico nº 023/2021, oriundo do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Amparo legal: Artigo 57, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação do prazo de entrega do objeto contratado, por mais 30 (trinta) dias corridos, sem ônus para o Contratante.

Vigência: 22.07.2022 até 25.05.2023.

Data de assinatura: 22 de julho de 2022.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/PGJ/2017

Processo: PGJ/10/0539/2017

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- WAGNER BRONZATI MENANI.

Procedimento licitatório: Dispensada de acordo com o artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigos 3º; 8º; 27 e 51, ambos da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991; artigo 167, inciso I, item ‘3’ e inciso II, item ‘16’, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e nos artigos 60 e 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses; reajuste do valor contratual, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e inclusão da previsão contratual de direito de preferência do Locatário e cláusula de vigência em caso de alienação.

Vigência: 18.07.2022 a 1º.08.2023.

Data de assinatura: 18 de julho de 2022.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.583 DE 11 DE JANEIRO DE 2022 (PÁGINAS 62 E 63) E NO DOMP-MS Nº 2.647 DE 13 DE ABRIL DE 2022 (PÁGINA 30) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2080/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **M GIROLDO DECORA LTDA**, representada por **João Carlos Guerra**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 32/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de material permanente – persianas, e serviços de instalação, para atender este Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (Capital e Interior), conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	1	Instalação de persiana , conforme dimensões e local indicados no pedido. Instalada em parede ou forro: incluso ferragens e demais materiais para fixação. Local: Prédios do MPMS na cidade de Campo Grande – MS, conforme endereço a ser informado no ato do pedido.	Unidade	150	19,00
	2	Persiana , conforme especificações técnicas: Referência de modelo: horizontal, PVC 50mm, espessura de 0,061 micras. Referência de cor: Prata. Bastão giratório para controle das lâminas. Marca própria.	Metro quadrado	400	219,00
5	9	Instalação de persiana , conforme dimensões e local indicados no pedido. Instalada em parede ou forro: incluso ferragens e demais materiais para fixação. Local: Prédios do MPMS em Caarapó, Naviraí, Itaquiraí, Iguatemi, Eldorado, Mundo Novo, Sete Quedas ou Amambai, conforme endereço a ser informado no ato do pedido.	Unidade	60	39,00
	10	Persiana , conforme especificações técnicas: Referência de modelo: horizontal, PVC 50mm, espessura de 0,061 micras. Referência de cor: Prata. Bastão giratório para controle das lâminas. Marca própria.	Metro quadrado	150	299,00
7	13	Instalação de persiana , conforme dimensões e local indicados no pedido. Instalada em parede ou forro: incluso ferragens e demais materiais para fixação. Local: Prédios do MPMS em Camapuã, Chapadão do Sul, Costa Rica, Cassilândia, Paranaíba, Inocência ou Aparecida do Taboado, conforme endereço a ser informado no ato do pedido.	Unidade	50	46,80
	14	Persiana , conforme especificações técnicas: Referência de modelo: horizontal, PVC 50mm, espessura de 0,061 micras. Referência de cor: Prata. Bastão giratório para controle das lâminas. Marca própria.	Metro quadrado	150	395,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 4 de janeiro de 2022.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.583 DE 11 DE JANEIRO DE 2022 (PÁGINAS 63 E 64) E NO DOMP-MS Nº 2.647 DE 13 DE ABRIL DE 2022 (PÁGINAS 31 E 32). REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2080/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **JULEAN DECORAÇÕES LTDA**, representada por **Ângela Euzébio Fernandes**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 32/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de material permanente – persianas, e serviços de instalação, para atender este Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (Capital e Interior), conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	3	Instalação de persiana , conforme dimensões e local indicados no pedido. Instalada em parede ou forro: incluso ferragens e demais materiais para fixação. Local: Prédios do MPMS em Água Clara, Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas, Brasilândia ou Bataguassu, conforme endereço a ser informado no ato do pedido.	Unidade	100	19,00
	4	Persiana , conforme especificações técnicas: Referência de modelo: horizontal, PVC 50mm, espessura de 0,061 micras. Referência de cor: Prata. Bastão giratório para controle das lâminas. Marca: Julean Decorações.	Metro quadrado	250	219,00
3	5	Instalação de persiana , conforme dimensões e local indicados no pedido. Instalada em parede ou forro: incluso ferragens e demais materiais para fixação. Local: Prédios do MPMS em Bandeirantes, São Gabriel, Rio Verde, Coxim, Pedro Gomes, Sonora ou Rio Negro, conforme endereço a ser informado no ato do pedido.	Unidade	40	41,00
	6	Persiana , conforme especificações técnicas: Referência de modelo: horizontal, PVC 50mm, espessura de 0,061 micras. Referência de cor: Prata. Bastão giratório para controle das lâminas. Marca: Julean Decorações.	Metro quadrado	100	260,00
4	7	Instalação de persiana , conforme dimensões e local indicados no pedido. Instalada em parede ou forro: incluso ferragens e demais materiais para fixação. Local: Prédios do MPMS em Fátima do Sul, Glória de Dourados, Deodápolis, Ivinhema, Angélica, Nova Andradina, Batayporã ou Anaurilândia, conforme endereço a ser informado no ato do pedido.	Unidade	80	35,00
	8	Persiana , conforme especificações técnicas: Referência de modelo: horizontal PVC 50mm, espessura de 0,061 micras. Referência de cor: Prata. Bastão giratório para controle das lâminas. Marca: Julean Decorações.	Metro quadrado	200	235,00
6	11	Instalação de persiana , conforme dimensões e local indicados no pedido. Instalada em parede ou forro: incluso ferragens e demais materiais para fixação. Local: Prédios do MPMS em Nova Alvorada do Sul, Rio Brillhante, Dourados, Itaporã ou Ponta Porã, conforme endereço a ser informado no ato do pedido.	Unidade	60	50,00
	12	Persiana , conforme especificações técnicas: Referência de modelo: horizontal, PVC 50mm, espessura de 0,061 micras. Referência de cor: Prata. Bastão giratório para controle das lâminas. Marca: Julean Decorações.	Metro quadrado	150	225,00
8	15	Instalação de persiana , conforme dimensões e local indicados no pedido. Instalada em parede ou forro: incluso ferragens e demais materiais para fixação. Local: Prédios do MPMS em Sidrolândia,	Unidade	80	55,00



		Maracaju, Nioaque, Jardim, Bonito, Bela Vista ou Porto Murtinho, conforme endereço a ser informado no ato do pedido.			
	16	Persiana , conforme especificações técnicas: Referência de modelo: horizontal, PVC 50mm, espessura de 0,061 micras. Referência de cor: Prata. Bastão giratório para controle das lâminas. Marca: Julean Decorações.	Metro quadrado	200	280,00
9	17	Instalação de persiana , conforme dimensões e local indicados no pedido. Instalada em parede ou forro: incluso ferragens e demais materiais para fixação. Local: Prédios do MPMS em Terenos, Dois Irmãos, Aquidauana, Anastácio, Miranda ou Corumbá, conforme endereço a ser informado no ato do pedido.	Unidade	40	34,00
	18	Persiana , conforme especificações técnicas: Referência de modelo: horizontal PVC 50mm, espessura de 0,061 micras. Referência de cor: Prata. Bastão giratório para controle das lâminas. Marca: Julean Decorações.	Metro quadrado	100	220,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 4 de janeiro de 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.583 DE 11 DE JANEIRO DE 2022 (PÁGINAS 67 E 69) E NO DOMP-MS Nº 2.647 DE 13 DE ABRIL DE 2022 (PÁGINAS 26 E 27). REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/1656/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **C.S.C DOS SANTOS INSTALAÇÃO ELÉTRICA LTDA**, representada por **Caio Saturnino Carvalho dos Santos**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 24/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços a eventual aquisição de materiais elétricos (cabos e fios), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 0,6/1,0 kV, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 35 mm². Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Energy.	Metro	500	28,91
2	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 0,6/1,0kV, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 16 mm². Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Energy.	Metro	500	12,49
3	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Azul, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 10 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Energy.	Unidade	10	879,00
4	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Azul, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 6 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Energy.	Unidade	100	479,99
5	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Azul, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 4 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Energy.	Unidade	100	314,99



6	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Azul, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 2,5 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Energy.	Unidade	150	187,98
8	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 10 mm². Rolo de 100 m. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Energy.	Unidade	10	859,99
9	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 6 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não Registrado
10	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 4 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Energy.	Unidade	100	319,99
13	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, verde, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 10 mm². Rolo de 100 m. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Energy.	Unidade	10	869,00
14	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Verde, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 6 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Energy.	Unidade	100	497,99
15	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Verde, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 4 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Energy.	Unidade	100	313,99
16	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Verde, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 2,5 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Energy.	Unidade	150	199,99
17	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Vermelho, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 10 mm². Rolo de 100 m. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Energy.	Unidade	10	800,00
18	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Vermelho, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 6 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Energy.	Unidade	100	469,99
19	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Vermelho, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 4 mm². Rolo de 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Energy.	Unidade	100	313,99
20	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Vermelho, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 2,5 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Energy.	Unidade	150	199,99

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 30 de dezembro de 2021.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.583 DE 11 DE JANEIRO DE 2022 (PÁGINAS 69 E 70) E NO DOMP-MS Nº 2.647 DE 13 DE ABRIL DE 2022 (PÁGINA 28). REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/1656/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MULTI LITE COMERCIAL ELÉTRICA LTDA**, representada por **Fabio Cruz de Araujo**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 24/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais elétricos (cabos e fios), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
7	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Branco, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 1,5 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Coppercon.	Unidade	30	125,10
9	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 6 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não Registrado
11	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 2,5 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Coppercon.	Unidade	150	201,50
12	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 1,5 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Coppercon.	Unidade	30	125,10
21	Cabo PP, tripolar, 3x2,5mm (cores distintas por perna, conforme NBR 6251), conforme norma NBR 13249. Em PVC, ponto de fusão 70°C. Marca: Coppercon.	Metro	1000	7,78

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 29 de dezembro de 2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.583 DE 11 DE JANEIRO DE 2022 (PÁGINA 70) E NO DOMP-MS Nº 2.647 DE 13 DE ABRIL DE 2022 (PÁGINAS 28 E 29). REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/1656/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **VOLT MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI**, representada por **Ana Paula Costa Greco**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 24/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).



Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais elétricos (cabos e fios), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
9	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 6 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não Registrado
22	Cabo telefônico externo CTP APL 10 pares, fios 24 AWG, conforme Norma STD 235-320-701 e NBR 9124. Marca: Ste.	Metro	100	8,04

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 29 de dezembro de 2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.583 DE 11 DE JANEIRO DE 2022 (PÁGINAS 70 E 71) E NO DOMP-MS Nº 2.647 DE 13 DE ABRIL DE 2022 (PÁGINA 29). REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/1656/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ZENITE COMÉRCIO E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA UNIPessoal LTDA**, representada por **Leonardo Silveira Poli**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 24/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais elétricos (cabos e fios), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
9	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 6 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não Registrado
23	Cabo UTP CAT 6, capa externa em PVC, na coloração azul, amarelo, preto, verde, branco, bege, marrom, laranja, vermelho ou cinza. Impedância característica de 100 Ω (Ohms) ± 15 % Ω; com 4 pares trançados de condutores sólidos de cobre nu (23 AWG), isolados em polietileno especial, com código de cores. Certificação Anatel impressa na capa, além de impressão que conste identificação do fabricante, marca do produto e sistema de rastreabilidade que permita detectar a data de fabricação dos cabos. Produto em conformidade com a Diretiva RoHS. Inclusive certificado de performance elétrica pela UL ou ETL e de flamabilidade (UL Listed ou ETL Listed). Caixa com, no mínimo, 300 m. Marcas de Referência: Furukawa Gigalan, Nexans Essential-6 ou Prysmian Group Draka. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Copperlan.	Unidade	100	1.040,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 29 de dezembro de 2021.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/PGJ/2022.**

Processo: 09.2021.00005742-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;2- **RIQUEL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE MANUFATURADOS LTDA**, representada por **Aerton Luiz Cipriano Guimarães**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico n.º 07/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei n.º 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
10	Perfurador para papel, de ferro, com pintura esmaltada na cor preta, com porta resíduos na base, em material plástico ou emborrachado, medindo aproximadamente 15cm de largura x 10cm de largura x 6cm de altura (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), com capacidade para perfurar de uma só vez até 40 folhas de papel sulfite com 75g/m², com 1 ano de garantia contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Grampline, Central, Maped e Tilibra. Marca: MAPED	Unidade	250	74,90

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 18 de julho 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/PGJ/2022.

Processo: 09.2021.00005742-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;2- **SPORTS EMPÓRIO, PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA**, representada por **Suleiman Antar Suleiman Mohammed**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico n.º 07/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei n.º 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
11	Pincel atômico, corpo em material plástico, tampa na cor da tinta, secagem rápida, medindo aproximadamente 11cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), ponta arredondada, cor azul, composto de álcool e corantes, podendo ser reabastecido. Marcas de referência: Pilot, Faber Castell, Maxprint e Compactor. Marca: Maxprint	Unidade	150	2,98
12	Pincel atômico, corpo em material plástico, tampa na cor da tinta, secagem rápida, medindo aproximadamente 11cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), ponta arredondada, cor preta, composto de álcool e corantes, podendo ser reabastecido. Marcas de referência: Pilot, Faber Castell, Maxprint e Compactor. Marca: Maxprint	Unidade	150	2,98
14	Plástico bolha, bobina medindo 1,30 metros de largura x 100m de comprimento. Marca: Safra	Unidade	50	99,80



16	Porta lápis, canetas, cliques e lembretes confeccionados em material acrílico, cor cristal ou fumê. Marcas de referência: Waleu, Acrilex e Acrinil. Marca: Waleu	Unidade	200	10,94
----	---	---------	-----	-------

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 19 de julho 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/PGJ/2022.

Processo: 09.2021.00005742-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI**, representada por **Alessandra de Angelo Mendonça**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico n.º 07/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei n.º 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
17	Recados autoadesivos, removíveis, medindo 76mm x 102mm, embalagem contendo 1 bloco, com 100 folhas, cor amarela. Marcas de referência: 3M, Polibras e Adelbrás. Marca: Adelbrás	Unidade	2500	5,70
18	Recados autoadesivos, removíveis, medindo, 38mm x 51mm cada, embalagem contendo 4 blocos, 100 folhas por bloco, cor amarela ou pacote com cores variadas. Marcas de referência: 3M, Polibras e Adelbrás. Marca: Adelbrás	Unidade	2500	6,48

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 18 de julho 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/PGJ/2022.

Processo: 09.2021.00005742-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **SOUZA ALVES & CIA LTDA**, representada por **Evanildo Albuquerque da Rosa**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico n.º 07/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei n.º 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Organizador vertical, em acrílico transparente, com três divisões (espaços para colocar folha em pé), para papel A4. Marcas de referência Walleu, Dello e Acrimet. Marca: Acrimet	Unidade	100	45,01
5	Pasta catálogo para documentos, em formato A4, com etiqueta de identificação na capa, com no mínimo 50 envelopes plásticos transparentes na parte interna. Marca: Dac	Unidade	50	14,50
8	Pasta para dedo (Molha dedo), em creme, contendo ácido graxo, glicóis e essência, embalagem pesando aproximadamente 12g, não tóxico. Marcas de referência: Central, Acrimet, Radex e Cis. Marca: Radex	Unidade	200	1,75
9	Pasta suspensa em material plástico, cor transparente, com visor, etiqueta, grampo plástico e haste plástica, medindo aproximadamente 37cm x 24cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos). Marca de referência: Polycart, Polibrás Dello, e ACP. Marca: Polibrás	Unidade	1000	3,15

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 18 de julho 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/PGJ/2022.

Processo: 09.2021.00005742-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **E.M.B. COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES LTDA**, representada por **Eduardo Rita Bem**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico n.º 07/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei n.º 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
3	Papel sulfite, para plotter, rolo medindo 610mm x 50m, gramatura 75g/m². Marca: VR	Unidade	10	59,50

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 18 de julho 2022.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0005/2022/30PJ/CGR**

A 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Av. Ricardo Brandão, 232, Itanhangá Park, nesta Capital.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001540-5

Requerente: Justiça do Trabalho – TRT da 24ª Região.

Requerido: Vix Serviços – ES Ltda, Instituto Gerir.

Assunto: Apurar eventual responsabilidade da 1ª e 2ª Reclamadas, VIX Serviços ES Ltda ME e da Instituto Gerir, nos autos n. 0024292-56.2020.5.24.0066 da Justiça do Trabalho, tendo em vista o suposto prejuízo ao erário..

Campo Grande, MS, 21 de julho de 2022.

BIANKA MACHADO ARRUDA MENDES

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0006/2022/30PJ/CGR

A 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Av. Ricardo Brandão, 232, Itanhangá Park, nesta Capital.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001503-8

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Jovino Nogueira da Silva Menezes.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, pelo médico e servidor público municipal Jovino Nogueira da Silva Menezes, que teria realizado atendimento médico em clínica/hospital particular, no mesmo período que estava de licença médica por questões de saúde, do serviço público.

Campo Grande, MS, 21 de julho de 2022.

BIANKA MACHADO ARRUDA MENDES

Promotora de Justiça

DOURADOS**EDITAL N. 0015/2022/17PJ/DOS**

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas n. 09.2022.00006952-8

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação Municipal - SEMED.

Assunto: Acompanhar a execução de políticas públicas em relação à demanda de Professor de Apoio da Educação Especial.

Dourados/MS, 19 de julho de 2022.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

ITAPORÃ

EDITAL N. 05/2022/PJ-ITP

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaporã/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Stefano Gonela, n. 62, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2022.00000736-4;

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: José Maria Carbonaro;

Assunto: “Apurar o desmatamento de 0,49 hectares de vegetação nativa, integrante do Bioma Mata Atlântica, no Sítio São Roque, em Itaporã/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 357/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Auto de Infração nº 3545.”

RADAMÉS DE ALMEIDA DOMINGOS

Promotor de Justiça.

EDITAL N. 06/2022/PJ-ITP

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaporã/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Stefano Gonela, n. 62, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2022.00000782-0;

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Douradina e Erlayne Aparecida Fernandes;

Assunto: “Apurar possível injuridicidade na contratação de Erlayne Aparecida Fernandes para o cargo de professor, pela Municipalidade de Douradina.”

RADAMÉS DE ALMEIDA DOMINGOS

Promotor de Justiça.

MIRANDA

EDITAL Nº 009/2022

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2021.00001468-3, cujos autos podem ser integralmente acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Inquérito Civil 06.2021.00001468-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Investigado: Município de Miranda/MS

Assunto: Apurar eventual violação aos princípios administrativos, notadamente o da isonomia, em razão da diferença salarial de servidores contratados para o mesmo cargo.

Miranda/MS, 22/07/2022.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA

Promotora de Justiça

**INQUÉRITO CIVIL 06.2018.00002181-0****RECOMENDAÇÃO n.º 03/2022**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda/MS, representado pela Promotora de Justiça subscritora, no uso das atribuições previstas no artigo 127 Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993); artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007¹:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o *“Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social”*²;

CONSIDERANDO que a recomendação *“constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”*³, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República, e do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça a notícia de que, no ano de 2016, a Prefeitura de Bodoquena teria celebrado de contrato prestação de serviços com a empresa LC Produções e Eventos Ltda-ME, para apresentação artística da dupla Alex e Yvan, sem licitação ou processo de dispensa/ inexigibilidade de licitação, limitando-se a tão somente assinar o respectivo contrato e efetuar parte do pagamento;

CONSIDERANDO que, diante do noticiado, foi instaurado no âmbito do Ministério Público Estadual o presente Inquérito Civil, para apurar suposta irregularidade na contratação direta e sem licitação da dupla Alex e Yvan;

CONSIDERANDO que os contratos administrativos são negócios jurídicos que exigem a participação do poder público e visam a persecução de um interesse coletivo (MARINELA, Fernanda, 2011, p. 441 e 440).

CONSIDERANDO que como exigência formal para os contratos administrativos, a lei implica a realização de procedimento licitatório, salvo nos casos de dispensa ou inexigibilidade, casos em que, ainda assim, deverá haver o devido procedimento com a justificativa da não realização do certame, conforme dispõe o artigo 26, parágrafo único, da antiga Lei de Licitações – Lei nº 8.666/93, e artigo 72, da Lei nº 14.133/2021, in verbis:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

¹ Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

² MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

³ ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.



Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

CONSIDERANDO que o artigo 62⁴, da Lei nº 8.666/93, e artigo 95⁵, da Lei nº 14.133/2021, prevê hipóteses em que o contrato será facultativo, situações em que se admite a formalização por intermédio de carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço;

CONSIDERANDO, contudo, que nesse ponto é preciso salientar que, ainda que exista contrato administrativo por via de assinatura de, por exemplo, uma nota de empenho, o ato administrativo aperfeiçoa-se quando completados todos os atos jurídicos necessários à formalização;

CONSIDERANDO que isso ocorre porque tais exigências funcionam como instrumentos de controle interno e externo da Administração Pública;

CONSIDERANDO que a inexistência de um procedimento prévio e escrito de dispensa ou inexigibilidade geram irregularidades e até mesmo nulidades nos atos administrativos;

CONSIDERANDO, todavia, que o lapso na contratação direta da dupla Alex e Yvan, sem formalização de qualquer procedimento, pode ter ocorrido por ausência de iniciativa do Secretário em procurar o auxílio da equipe jurídica da prefeitura, que poderia ter evitado essa pactuação realizada sem a observância da lei;

CONSIDERANDO que a gama de atribuições extrajudiciais advindas com a Constituição Federal de 1988 trouxe ao Promotor de Justiça a necessidade de adotar uma postura proativa e resolutive em relação aos conflitos sociais, concentrando os seus recursos e esforços na busca de respostas preventivas para os problemas comunitários.

RECOMENDA ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Bodoquena/MS, bem como aos respectivos Secretários Municipais, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ, para:

I- Respeitar o regramento previsto em Lei para os casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, com solicitação/manifestação prévia de um órgão ou autoridade no sentido de promover uma contratação;

⁴ **Art. 62.** O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

⁵ **Art. 95.** O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.



II- Proceder abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolizado e numerado, contendo autorização para a compra ou contratação da obra ou serviço, conforme artigo 38, *caput*, da Lei 8.666/93 e 17 da Lei nº 14.133/2021;

III- Elaborar parecer técnico ou jurídico, devendo, para tanto, examinar: justificativa da dispensa ou inexigibilidade, razão de escolha do fornecedor, justificativa do preço;

IV- Julgar a pertinência ou não da realização de licitação, cuja decisão poderá ter singela motivação se acolher o parecer antes referido e se este estiver bem fundamentado;

V- Incluir no respectivo procedimento de contratação direta a perfeita indicação do objeto pretendido pela Administração; minuta do contrato a ser firmado; comunicação a autoridade superior; ratificação da dispensa ou inexigibilidade com publicação da decisão ratificadora; assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente (nota de empenho, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução) pelo Chefe do Executivo.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a partir do recebimento da presente, do acolhimento ou não da RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, ser manejada a ação civil respectiva.

Encaminhe-se, com remessa para a publicação cabível, o teor deste expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Bodoquena/MS.

Para melhor cumprimento e divulgação, remeta-se cópia da presente recomendação para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público e, igualmente, encaminhe-se ao Poder Legislativo do Município de Bodoquena/MS, para conhecimento.

Decorrido o prazo, com ou sem resposta, certifique neste procedimento e retorne conclusivo.

Miranda/MS, 21 de julho de 2022.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA
Promotora de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0005/2022/02PJ/PPR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, torna pública a instauração de procedimento que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n.1613, no Bairro Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000791-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar as irregularidades nas condições físicas do prédio da Instituição de Longa Permanência para Idosos de Ponta Porã.

Ponta Porã/MS, 21 de julho de 2022

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE
Promotora de Justiça



RIO VERDE DE MATO GROSSO

EDITAL Nº 0023/2022/PJ/RVG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a correção de erro material identificado na Portaria do Inquérito Civil nº 06.2022.00000580-0, exclusivamente no que se refere ao nome do requerido. Onde se lê, “Antonio Arruda Negrisoni”, leia-se “Antonio Cesar Negrisoni”.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000580-0

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Antonio César Negrisoni

Assunto: Apurar a supressão de 14,43 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Peru, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 319/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 027/2º PEL PMA – São Gabriel do Oeste/MS.

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 21 de julho de 2022.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

PORTO MURTINHO

EDITAL Nº 0027/2022/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, n. 444, Centro, CEP: 79280-000, Porto Murtinho/MS, Telefone: (67) 3287-1184.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000553-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Elias Moreira

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 101,86 hectares de vegetação nativa, 16,51 hectares de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente, 4,75 hectares de vegetação nativa, 14,94 hectares de vegetação nativa e Reserva Legal, 4,36 hectares de vegetação nativa e 2,75 hectares em Área Consolidada em regeneração há pelo menos 13 anos, na Fazenda Santo Antonio de Pádua, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente conforme Parecer Técnico nº 15/2022-NUIN-MS/DITEC-MS/SUPES-MS, Parecer nº 281/19/NUGEO, Parecer nº 38/20/NUGEO, Parecer nº 216/20/NUGEO, Parecer nº 280/20/NUGEO, Parecer nº 345/20/NUGEO e Laudo Técnico nº 95/22/NUGEO, respectivamente.”

Porto Murtinho/MS, 20 de julho de 2022.

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça Substituta

EDITAL Nº 0035/2022/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, n. 444, Centro, CEP: 79280-000, Porto Murtinho/MS, Telefone: (67) 3287-1184.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000711-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alexandre Viana Garcia Elias

Assunto: “Apurar uso irregular de fogo em 7,81 hectares em área de uso agropastoril, na Chácara Km 03, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 11/2ºPEL/ 4ª/BPMA/2022.”

Porto Murtinho/MS, 20 de julho de 2022.

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça Substituta

**EDITAL Nº 0036/2022/PJ/PTM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, n. 444, Centro, CEP: 79280-000, Porto Murtinho/MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000690-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Daniella Maculan Pavesi Accorsi; Marcelo Accorsi Neto; Henrique Maculan Pavesi; Cristiane Maria Costa Maciel; Fernando Maculan Pavesi; Gisely Menck Soriani.

Assunto: “Apurar circunstância fático-jurídica anunciada no ofício nº 42/2021/DITEC-MS/SUPES-MS envolvendo a autorização para supressão de vegetação ASV – 1999/2012, processo IMASUL nº 01710/2012, para área de 482,2574 hectares, na Fazenda Santa Helena, em Porto Murtinho/MS.”

Porto Murtinho/MS, 20 de julho de 2022.

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça Substituta

EDITAL N 0037/2022/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, n. 444, Centro, CEP: 79280-000, Porto Murtinho.

Inquérito Civil n. 06.2022.00000560-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Valdir Roque Uzeika e Lucilene Rodrigues March

Assunto: Apurar o desmatamento de 263,53 hectares em área remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Terra Vermelha, em Porto Murtinho, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 125/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Porto Murtinho, 20 de julho de 2022.

JANAÍNA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça Substituta

EDITAL Nº 0038/2022/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, n. 444, Centro, CEP: 79280-000, Porto Murtinho/MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000565-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Baco Agropecuária LTDA, Bruna Pedrosa Barbosa de Souza, Mabel Pedrosa Coelho, Romeu Barbosa de Souza e Maria de Lourdes Bittencourt Pedrosa Barbosa Coelho.

Assunto: “Apurar desmatamento de 41,01 hectares em área de Preservação Permanente e Área Consolidada, na Fazenda Yndiana, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 67/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental)”

Porto Murtinho, 20 de julho de 2022.

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça Substituta